

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – 17ª REGIÃO**  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
EDITAL Nº 01/2020

**Profissional de Suporte Técnico (PST)**  
**Assistente administrativo**

**Leia estas instruções:**

- 1** Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- Este Caderno contém **40 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ⇒ Língua Portuguesa; **11 a 20** ⇒ Matemática/Raciocínio lógico; **21 a 40** ⇒ Legislação específica.
- 3** Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4** Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5** Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- 6** A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 7** Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8** Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão consideradas para efeito de avaliação.
- 9** Você dispõe de, no máximo, **três horas** para responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 10** O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11** Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno e a Folha de Respostas**.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



O texto abaixo servirá de base para responder às questões de 01 a 10 desta prova.

---

---

### Crise aposentou “regra de ouro” para aluguel

A crise do mercado imobiliário nos últimos anos, a dificuldade na venda de unidades e a grande oferta de imóveis para locação fizeram a “regra de ouro” usada para calcular o preço do aluguel ficar ultrapassada. Hoje, o valor a ser cobrado pelo aluguel de um imóvel é motivo de preocupação para muitos proprietários – é preciso achar um ponto de equilíbrio entre quanto o dono gostaria de cobrar pelo aluguel e quanto o futuro inquilino está disposto a pagar.

Esse cálculo sempre envolve comparação de preços de imóveis semelhantes, consulta a corretores e jogo de cintura na hora de negociar com o novo locatário. O mercado costumava usar como regra uma conta simples: a referência era cobrar pelo aluguel cerca de 0,5% do valor de venda do imóvel. Por essa conta, um apartamento avaliado em R\$ 500 mil poderia ser alugado por cerca de R\$ 2,5 mil.

Durante os anos de crise, que afetaram duramente o setor, os preços de venda pararam de subir e o mercado de locação foi inundado por imóveis que não foram vendidos, fazendo com que os reajustes de aluguel variassem bem abaixo da inflação. Se o engenheiro Milton Fontoura, de 63 anos, tentasse alugar seu apartamento na Barra Funda, em São Paulo, usando a “regra de ouro”, ficaria com ele fechado. O imóvel custa R\$ 800 mil, mas Fontoura anunciou o aluguel por R\$ 2,9 mil. “A locação está melhorando, principalmente para quem tem um imóvel perto de estação de metrô. Até consigo alugar rapidamente, mas o preço em comparação com o de venda não é o mesmo de dez anos atrás”.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) calcula todos os meses a taxa de rentabilidade do aluguel. O último ano em que o retorno com a locação chegou a 0,5% do preço de venda foi 2013, antes do início da recessão, em 2014. No ano passado, o valor de aluguel passou a representar, em média, 0,37% do valor de venda.

Uma comparação ajuda a entender como os preços de venda e de locação se comportaram de maneiras diferentes na crise. Em janeiro de 2015, o valor de venda dos imóveis havia subido 12,7%, em 12 meses, segundo a Fipe. Em 2017, último ano da crise, esse valor de venda havia caído apenas 0,74%, também em 12 meses. Enquanto isso, as locações, que subiam 1,6% em janeiro de 2015, caíram 2,9% em janeiro de 2017. “O preço de aluguel é mais sensível ao mercado. O valor de locação caiu bastante durante a crise, teve três anos de queda e só voltou a subir no ano passado em termos nominais. Enquanto isso, o preço de venda ficou estagnado”, resume o economista Bruno Oliva, da Fipe.

Segundo o economista do Grupo Zap, Sergio Castelani, o primeiro passo para quem precisa calcular o valor de locação do imóvel, e não pode contratar um profissional para fazer a avaliação, é olhar os sites que publicam os preços por metro quadrado por bairro. “Por mais que os imóveis sejam diferentes, é sempre bom olhar no próprio prédio e fazer uma avaliação honesta dos pontos fortes e fracos do imóvel e da conservação. O preço, por mais que se mude, não é tão descontínuo assim”, diz.

---

---

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/02/18/crise-aposentou-regra-de-ouro-para-aluguel.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020. [Adaptado]

01. Para esclarecer o título, o leitor tem de

- A) acionar, tão somente, as informações implícitas.
- B) recorrer às informações do segundo parágrafo.
- C) recorrer às informações do primeiro parágrafo.
- D) acionar, tão somente, o conhecimento linguístico.

02. O objetivo central do texto é
- A) definir o significado da expressão “regra de ouro” utilizada pelo mercado imobiliário na venda e na locação de imóveis.
  - B) opinar sobre a desproporcionalidade entre os preços venal e de locação de um imóvel depois da crise do mercado imobiliário.
  - C) ensinar os proprietários de imóveis a calcularem o valor da locação de um imóvel a partir do seu valor de venda.
  - D) explicitar as causas para a não utilização da “regra de ouro” no cálculo do valor de locação de imóveis.
03. Considerando o objetivo central e a organização linguística, a sequência dominante do texto é a
- A) explicativa.
  - B) descritiva.
  - C) argumentativa.
  - D) narrativa.
04. Considerando a progressão discursiva,
- A) o texto já inicia com a problematização, sem realizar a apresentação do tema a ser discutido.
  - B) o primeiro e o segundo parágrafos contextualizam o problema a ser desenvolvido, o que corresponde à introdução.
  - C) o texto não apresenta um parágrafo conclusivo no qual retomaria a discussão, realizada anteriormente.
  - D) o quinto e o sexto parágrafos apresentam uma resolução para o problema discutido nos parágrafos anteriores.

**Para responder às questões 5 e 6, considere o parágrafo abaixo.**

Segundo o economista do Grupo Zap, Sergio Castelani, o primeiro passo para quem precisa calcular o valor de locação do imóvel, e não pode contratar um profissional para fazer a avaliação, é olhar os sites que publicam os preços por metro quadrado por bairro. "Por mais que os imóveis sejam diferentes, é sempre bom olhar no próprio prédio e fazer uma avaliação honesta dos pontos fortes e fracos do imóvel e da conservação. O preço, por mais que se mude, não é tão descontínuo assim", diz.

05. No parágrafo, há
- A) presença apenas de citação direta.
  - B) ausência de citações direta e indireta.
  - C) ausência apenas de citações indiretas.
  - D) presença de citações direta e indireta.
06. O parágrafo está interligado aos parágrafos anteriores por meio
- A) da conjunção explícita “segundo”.
  - B) do substantivo “economista”.
  - C) do numeral “primeiro”.
  - D) da conjunção elíptica “portanto”.

Para responder às questões 7 e 8, considere o excerto abaixo.

**Por mais que** os imóveis sejam diferentes, é sempre bom olhar no próprio prédio e fazer uma avaliação honesta dos pontos fortes e fracos do imóvel e da conservação.

07. O termo em destaque conecta
- A) períodos e estabelece relação de adição.
  - B) períodos e estabelece relação de oposição.
  - C) orações e estabelece relação de causa.
  - D) orações e estabelece relação de concessão.
08. No excerto, estão explícitas
- A) duas orações subordinadas substantivas reduzidas.
  - B) duas orações coordenadas aditivas.
  - C) três orações subordinadas substantivas desenvolvidas.
  - D) três orações coordenadas aditivas.
09. Considere o excerto abaixo.

O preço, [1] por mais que se mude, [2] não é tão descontínuo assim", diz.

As vírgulas [1] e [2] intercalam

- A) um comentário.
  - B) uma oração adverbial.
  - C) uma oração adjetiva.
  - D) um aposto.
10. Considere o excerto abaixo.

Em janeiro de 2015, o valor de venda dos imóveis havia subido 12,7%, em 12 meses, segundo a Fipe.

Se o sujeito da frase for flexionado no plural, o verbo "haver" flexionará

- A) no singular, pois estará sendo utilizado no sentido equivalente a "ter".
- B) no singular, pois estará sendo utilizado no sentido equivalente a "existir".
- C) no plural, pois estará sendo utilizado no sentido de tempo decorrido.
- D) no plural, pois estará concordando com o sujeito da oração.

11. Suponha que o IPTU em uma cidade é equivalente a 1% do valor do imóvel. O dono de uma casa nessa cidade obteve um desconto de 10% sobre o valor do IPTU devido e, com isso, pagou 855 reais de imposto. Nessas condições, o valor do imóvel, em reais, é
- A) 85 mil.
  - B) 100 mil.
  - C) 90 mil.
  - D) 95 mil.
12. Ao realizar a venda de uma casa, um corretor de imóveis cobrou um certo percentual de comissão, que foi equivalente a R\$ 8.400,00. Supondo que o percentual cobrado está entre 5% e 7% do valor da venda do imóvel, essa casa foi vendida por
- A) um valor entre 84 mil e 100 mil reais.
  - B) menos de 84 mil reais.
  - C) exatamente 168 mil reais.
  - D) um valor maior que 120 mil reais.
13. Em um contrato de compra de um imóvel, consta a antecipação de um valor correspondente a 10% do seu preço, a ser pago pelo comprador no ato da assinatura do contrato, sob a condição de serem devolvidos apenas 40% dessa antecipação no caso de ele desistir da compra depois de assinar o contrato. A expressão que descreve o valor  $Y$  a ser devolvido a um cliente, no caso de desistência da compra de um imóvel de preço  $X$ , é
- A)  $10Y = 0,1X$ .
  - B)  $Y = 0,04X$ .
  - C)  $4Y = 0,01X$ .
  - D)  $Y = 0,06X$ .
14. Um produtor rural visitou dois sítios com a finalidade de alugar um lote em um deles. No primeiro sítio, há um lote disponível, com 1 hectare, cujo anúncio de aluguel pede R\$ 12.000,00 por mês. No segundo sítio visitado, o aluguel de um lote, com 0,8 hectare, custa mensalmente R\$ 11.000,00. Com base nessas informações,
- A) os lotes dos dois sítios têm o mesmo valor de aluguel por metro quadrado.
  - B) cada metro quadrado do lote, no primeiro sítio, custa R\$ 5,00.
  - C) o aluguel do lote, no primeiro sítio, tem menor valor por metro quadrado.
  - D) o aluguel do lote, no segundo sítio, custa 10% a menos por mês.
15. Uma imobiliária decidiu que o preço de um apartamento em dado empreendimento dependeria do andar onde estivesse localizado, de acordo com a expressão  $P = (210 + YN)10^3$ , em que  $N$  é o número do andar e  $Y$  é um número real fixo. Se um apartamento no quinto andar desse prédio custa 230 mil reais, então, o preço, em reais, de um apartamento no décimo andar é
- A) 250 mil.
  - B) 280 mil.
  - C) 240 mil.
  - D) 220 mil.

16. Uma mulher adquiriu um imóvel comercial por 400 mil reais, gastou 160 mil reais com reforma do prédio e o vendeu por 750 mil. Depois da venda, ela deverá calcular seu lucro deduzindo, do preço da venda, o preço de aquisição, o valor da reforma e a corretagem de 5% sobre o valor da venda. Supondo que ela deve pagar 15% de imposto de renda sobre o lucro obtido na venda do imóvel, o valor do imposto devido é
- A) R\$ 28.500.
  - B) R\$ 22.875.
  - C) R\$ 11.625.
  - D) R\$ 7.625.
17. Uma imobiliária anunciou apartamentos em um condomínio de dois projetos diferentes: um apartamento menor e outro maior. No primeiro semestre de 2019, foram vendidas algumas unidades do menor por 200 mil e do maior por 240 mil, somando-se 1,12 milhão de reais com essas vendas. No segundo semestre do mesmo ano, o preço do apartamento menor passou a ser 150 mil, mantendo o mesmo número de vendas, e o apartamento maior continuou com o mesmo preço, mas vendeu uma unidade a menos que no primeiro semestre. A soma dessas vendas, no segundo semestre, foi 780 mil. Essas informações são suficientes para garantir que
- A) a imobiliária só vendeu três unidades do apartamento menor naquele ano.
  - B) cinco unidades do apartamento maior foram vendidas em 2019.
  - C) o número total de apartamentos vendidos foi 15 em 2019.
  - D) o apartamento maior vendeu 10% menos no segundo semestre.
18. Em um curso Técnico em Transações Imobiliárias, verificou-se que os 45 inscritos possuíam ao menos um curso de graduação ou um outro curso técnico. Sabendo que 30 inscritos possuem um curso de graduação e que 25 inscritos já concluíram outro curso técnico, o número de inscritos que possuem curso de graduação e também outro curso técnico é
- A) 10.
  - B) 20.
  - C) 15.
  - D) 5.
19. Uma corretora ganha de comissão um percentual fixo sobre o valor de qualquer imóvel que vende na imobiliária para a qual trabalha. Por vender uma casa por 120 mil reais, ela recebeu 7,2 mil reais de comissão. Assim, se ela vender uma casa por 210 mil reais, receberá uma comissão
- A) no valor de 12,6 mil reais.
  - B) menor que 5% do valor do imóvel.
  - C) superior a 14 mil reais.
  - D) maior que 12% do preço do imóvel.
20. Suponha que uma construtora está pagando comissão aos corretores que vendem apartamentos de um de seus empreendimentos da seguinte maneira: pela venda de cada unidade, o corretor recebe o equivalente a  $10^7$  do quadrado do preço da unidade. Desse modo, para que a comissão da venda de um apartamento seja 4 mil reais, seu preço, em reais, deve ser
- A) 400 mil.
  - B) 100 mil.
  - C) 200 mil.
  - D) 300 mil.

21. Em uma conversa entre corretores de imóveis, discutiam-se as vantagens e desvantagens tanto de ser autônomo quanto de estar vinculado como corretor de uma imobiliária. Num dado momento, todos ficaram em dúvida quanto à forma como se daria o vínculo do corretor a uma imobiliária, exceto Jonas, afirmando-lhes que
- A) o corretor pode associar-se a uma ou mais imobiliárias e, ao mesmo tempo, manter um vínculo empregatício com elas.
  - B) o contrato de associação deverá ser registrado nas sedes dos CRECIs regionais, onde não houver sindicato dos corretores de imóveis instalado.
  - C) a ligação com a imobiliária dar-se-á por qualquer contrato desde que registrado no Sindicato dos Corretores e no cartório de registro de imóveis.
  - D) o corretor pode associar-se a uma ou mais imobiliárias, mantendo sua autonomia profissional, sem qualquer vínculo.
22. Para atender ao seu objetivo institucional de disciplinar o exercício da profissão de corretor de imóveis, a Resolução Nº 327/92-COFECI consolidou e estabeleceu normas para inscrição de pessoas físicas e jurídicas nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, uma vez que isso constitui condição essencial para o exercício dessa profissão. No que se refere às normas aplicáveis à inscrição da pessoa Jurídica,
- A) a concessão do certificado de inscrição não estará sujeita ao pagamento de emolumentos, se se tratar de microempresa.
  - B) a intermediação imobiliária feita pela pessoa jurídica somente poderá ser iniciada após o atendimento das formalidades da inscrição e do pagamento da primeira anuidade.
  - C) o requerimento de inscrição deverá ser firmado pelo sócio-gerente ou diretor da pessoa jurídica requerente, podendo ser o corretor de imóveis, o advogado imobiliário ou o Conselho.
  - D) o Conselho Regional expedirá a segunda via, se o certificado de inscrição for extraviado ou danificado, como se fosse 1ª via, livre do pagamento dos emolumentos.
23. No que diz respeito às suas competências, o Conselho Federal – composto por 2 representantes, efetivos e suplentes, de cada Conselho Regional, eleitos entre os seus membros – exerce função normativa, baixando resoluções e adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais. Uma de suas competências é
- A) propor a criação de sub-regiões, em divisões territoriais que tenham um número mínimo de corretores, fixado pelo Conselho Regional.
  - B) organizar e manter o registro profissional das pessoas físicas e jurídicas inscritas.
  - C) representar, em juízo ou fora dele, os legítimos interessados da categoria profissional, em todo o território nacional.
  - D) decidir sobre os pedidos de inscrição de corretores de imóveis e de pessoas jurídicas.
24. O Decreto que regulamenta a atuação dos corretores de imóveis tem regramento próprio acerca da atuação do corretor fora de sua jurisdição de origem. É o caso de Jonatas, corretor inscrito no estado do Rio Grande do Norte. Seu cliente é proprietário de imóvel localizado em Fortaleza/CE e pediu que Jonatas negociasse a venda desse imóvel nessa cidade, já que, por ser natural de lá, detém muito conhecimento do mercado. Com base nessas informações, o exercício temporário da sua profissão



- A) é vedado pela lei, sob pena de exclusão do registro, pelo fato de o imóvel estar em jurisdição diversa daquela à que ele se encontra vinculado.
- B) é vedado pela lei nos casos em que o imóvel está em jurisdição diferente, salvo se for autorizado, mesmo que verbalmente pelo presidente do Conselho Regional.
- C) ficará condicionado à inscrição e à averbação profissional no Conselho Regional do estado do Ceará.
- D) ficará condicionado ao pagamento do valor correspondente a uma anuidade da jurisdição em que pretende atuar.
25. O Código de Ética Profissional prevê algumas vedações aos corretores de imóveis que violam a boa ética nos relacionamentos junto aos seus colegas de profissão e clientes. Entre essas vedações, o Código aponta algumas, em específico, que merecem destaque em razão de sua gravidade. Nessa esteira, configura grave transgressão ética do corretor
- A) deixar de cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou da autoridade dos Conselhos, em matéria de competência destes.
- B) utilizar sua posição para obtenção de vantagens pessoais, quando no exercício de cargo ou função em órgão ou entidades de classe.
- C) aceitar incumbência de transação sem contratar o corretor de imóveis, com quem tenha de colaborar ou a quem tenha de substituir.
- D) manter sociedade profissional fora das normas e dos preceitos estabelecidos em lei e em resoluções, visando vantagem.
26. O Decreto Nº 81.871, de 29 de junho de 1978, dá nova regulamentação à profissão de corretor de imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dispõe sobre outras providências. Conforme esse decreto, o corretor de imóveis
- A) pode ter o seu número de inscrição constando, facultativamente, em propaganda, desde que não seja risco à sua segurança.
- B) deve exercer a intermediação na compra, na venda, na permuta e na locação de imóveis, sendo-lhe proibido opinar quanto à comercialização imobiliária.
- C) deve ter o título de Técnico em Transações Imobiliárias e estar inscrito no Conselho Regional de Corretores de Imóveis da jurisdição.
- D) pode ter as suas típicas atribuições exercidas por qualquer imobiliária, dada a natureza do ramo de atividade ser de negociação de imóveis.
27. A Resolução Nº 146/82-COFECI estabelece, entre outras providências, as diretrizes a serem seguidas diante do desatendimento das normas que regem a profissão de corretor de imóvel, visando assegurar a ampla defesa dentro de um processo disciplinar. Nesse contexto, essa resolução prevê os documentos formais que irão desencadear o início do processo disciplinar. Um desses documentos é
- A) o termo de representação.
- B) o auto de fiscalização funcional.
- C) a denúncia, lavrada junto ao Ministério Público.
- D) o boletim de ocorrência, lavrado em delegacia especializada.
28. Quanto à formação dos Conselhos Regionais, sabe-se que 2/3 de seus integrantes são escolhidos por votação e 1/3, por indicação de Sindicatos de Corretores de Imóveis. No dia da votação, Patrício, revoltado com a má atuação do Conselho em representar os corretores, decide não votar, em protesto. Desconhecendo o regramento quanto às sanções por não participar da votação do Conselho, Patrício deverá
- A) ter seu registro suspenso por dois anos, além do pagamento de multa.
- B) pagar multa em importância correspondente ao valor da anuidade.
- C) pagar multa em importância correspondente ao salário mínimo vigente.
- D) ter seu registro suspenso por um ano e ficar isento do pagamento de multa.

29. As sanções aplicáveis ao profissional corretor infrator estão previstas expressamente na Lei do Corretor e são aplicadas de acordo com uma análise feita pelo Conselho para mensurar o grau de ilicitude. Uma das sanções previstas é
- A) a suspensão da inscrição por até 180 dias.
  - B) o desagravo público, quando aplicável.
  - C) a suspensão da inscrição por até 90 dias.
  - D) o exercício de serviço voluntário na sede do Conselho.
30. Petrônio é corretor de imóveis devidamente registrado junto ao CRECI. Seu engajamento nos movimentos e nas campanhas em prol da classe tem sido notado por muitos colegas, que já lhe sugeriram que se candidatasse à vaga de conselheiro. Embora nunca tivesse essa pretensão, começou a cogitar a possibilidade. Em busca de informações sobre os requisitos para concorrer à vaga nas próximas eleições, foi instruído por um dos conselheiros. Quanto a esses requisitos, o candidato
- A) precisa da chancela de, pelo menos, três membros do atual Conselho.
  - B) precisa estar isento de qualquer processo criminal no último ano.
  - C) deve estar inscrito na jurisdição do Conselho há mais de cinco anos.
  - D) deve estar em pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.
31. Jussara, inscrita no CRECI/RN e proprietária da imobiliária Money Now, é corretora de imóveis. Desconfiada de que sua carteira profissional foi clonada e de que recebera uma cópia falsificada, consultou o advogado do Conselho. Este a orientou sobre as informações que ela deveria verificar na sua carteira. Dessa forma, Jussara deve encontrar, em sua carteira profissional,
- A) a assinatura do profissional inscrito, a do presidente e a do secretário do Conselho Regional.
  - B) o controle de anuidades, constando as pagas e as pendentes de pagamento.
  - C) o número e a data da inscrição do sócio-gerente da imobiliária no Conselho Regional.
  - D) a denominação da pessoa jurídica de sua imobiliária bem como o número do CNPJ.

**Para responder às questões 32 e 33, considere o caso abaixo.**

Apesar de bem atuante em transações imobiliárias, Tício nunca conseguiu obter sua inscrição no Conselho. Como tinha uma excelente chance de fechar um negócio imobiliário lícito no qual deveria constar o número de registro do corretor em um dos documentos, ele pediu a seu amigo Manoel, corretor com registro no CRECI/RN, para lhe fornecer o número de registro a fim de poder efetivar o negócio.

32. Junto ao rol de infrações disciplinares, o Decreto Nº 81.871/1978 disciplina os procedimentos a serem adotados pelo Conselho Regional para a aplicação da punição ao corretor infrator. Assim, fornece desde a descrição expressa das sanções possíveis de aplicação até os parâmetros a serem adotados pelo órgão julgador no momento de escolher a sanção mais adequada. Com relação às sanções disciplinares,
- A) o Conselho Regional, pelas circunstâncias de cada caso, poderá considerar a falta leve, grave ou gravíssima, na determinação da sanção.
  - B) caso Manoel fosse sancionado com advertência, censura ou multa, essa comunicação se daria em ofício reservado e não constaria dos assentamentos do profissional, salvo se fosse reincidente na infração.
  - C) a multa só poderá ser acumulada com as sanções de advertência e censura e, na hipótese de reincidência, aplicar-se-á em triplo.
  - D) caso Manoel fosse sancionado apenas com advertência, essa comunicação se daria em ofício reservado e não constaria dos assentamentos do profissional, diferentemente dos casos de censura ou multa, em que haveria anotação.

- 33.** O Decreto Nº 81.871/1978 elenca uma série de práticas ilícitas consideradas infrações disciplinares que, caso cometidas pelo corretor de imóveis, ocasionam a aplicação das sanções cabíveis. No caso relatado, de acordo com esse Decreto, a infração disciplinar cometida por Manoel foi a de
- A)** promover ou facilitar a terceiros transações ilícitas que, de alguma forma, prejudiquem seus interesses.
  - B)** facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos.
  - C)** fazer-se passar por outra pessoa, utilizando carteira funcional.
  - D)** falsificar documentos para proveito próprio ou de terceiros.
- 34.** A Lei dos Corretores dispõe sobre as competências tanto do Conselho Regional como do Federal, reconhecendo o aspecto hierárquico, sem desprezar a autonomia de cada um dos Conselhos para o bom exercício de suas funções. Embora reconhecida a autonomia do Conselho Regional, sua posição hierárquica de subordinação ao Conselho Federal permite a intervenção temporária deste, podendo nomear diretoria provisória até que seja regularizada a situação ou, se isso não ocorrer, até o término do mandato. De acordo com a regra expressa para o caso, essa intervenção ocorrerá se
- A)** houver qualquer atraso no recolhimento da contribuição.
  - B)** ocorrer divergência entre a diretoria regional e a diretoria do COFECI.
  - C)** for comprovada irregularidade na administração.
  - D)** existir insatisfação por parte de 51% dos corretores com a diretoria regional.
- 35.** É certo que a manutenção de toda a estrutura dos Conselhos demanda muitos gastos, reclamando, portanto, uma fonte de receita recorrente que supra, adequadamente, as despesas mensais de toda a máquina administrativa. Perguntado sobre a origem da receita do Conselho Regional, Paulo, um dos conselheiros, apontou, entre outras,
- A)** as anuidades, os emolumentos e as multas.
  - B)** as taxas de filiação, arrecadadas pelos sindicatos da categoria.
  - C)** a percentagem de 20% sobre os emolumentos arrecadados pelo Conselho Federal.
  - D)** a percentagem de 1% do valor negociado pelas imobiliárias com registro nos Conselhos.
- 36.** Os Conselhos Regionais são uma espécie de braços estaduais do órgão nacional de regulamentação da profissão de corretor, o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (COFECI). Além de prestarem apoio jurídico, eles são responsáveis por fiscalizar e controlar o ofício de corretor de imóveis. Considerando as peculiaridades em torno dos Conselhos Regionais,
- A)** seus membros terão mandato de cinco anos.
  - B)** a diretoria, eleita entre seus membros, será composta por um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários e dois tesoueiros.
  - C)** o voto para escolha dos membros é indelegável, aberto e obrigatório.
  - D)** estes serão compostos por vinte e sete membros efetivos e o dobro desse número de suplentes.
- 37.** Objetivando legalizar a conduta do corretor de imóveis, quando no exercício profissional, foi criado o Código de Ética Profissional, aprovado pela Resolução Nº 326/92-COFECI. Esse normativo fixa, como deveres do corretor de imóveis, além da defesa do interesse que lhe é confiado, o zelo do prestígio de sua classe e o aperfeiçoamento da técnica das transações imobiliárias. No que tange à conduta do corretor junto aos seus clientes, cabe-lhe

- A) comunicar, em até 30 dias, ao cliente o recebimento de valores a ele destinados.
  - B) contratar a prestação dos serviços profissionais de forma oral e no momento da negociação.
  - C) receber, sempre de uma única parte, compensações pelo mesmo serviço prestado.
  - D) dar recibo das quantias que o cliente lhe pague ou lhe entregue a qualquer título.
38. Janisson é corretor de imóvel com inscrição principal no CRECI/RN há exatos dois anos. Tem também uma inscrição adicional no CRECI/PB há um ano. Seu colega, Jadismar, exerce regularmente a função de corretor, devidamente inscrito no CRECI/RN há mais de cinco anos. Porém, Jadismar responde a processo administrativo por alegada infração disciplinar. Sendo época de eleição para membros do Conselho Regional, ambos pretendem se candidatar às vagas. Considerando a situação de ambos e as normas previstas para a ocupação do cargo de conselheiro,
- A) Janisson está inapto em razão de não ter mais de dois anos de inscrição principal, e Jadismar está apto, pois ainda não foi condenado no processo a que responde.
  - B) tanto Janisson como Jadismar estão inaptos para o exercício de conselheiro.
  - C) tanto Janisson como Jadismar estão aptos para o exercício de conselheiro.
  - D) Janisson está apto, desde que some o tempo das suas inscrições, já que a lei exige mais de dois anos de inscrição, e Jadismar está inapto, pois responde a processo disciplinar.
39. Os Conselhos Regionais são órgãos que disciplinam e fiscalizam o exercício da profissão de corretor de imóveis. Esses conselhos
- A) são vinculadas ao Ministério da Economia.
  - B) têm suas sedes em Brasília/DF com jurisdição internacional.
  - C) são autarquias, dotadas de personalidade jurídica de direito público.
  - D) têm autonomia jurídica e financeira.
40. Paula e Virna são corretoras, e ambas são membros do Conselho Regional. Paula também ocupa um cargo público do qual está suspensa, em razão de ter sido condenada, em primeira instância, no processo judicial à que responde por improbidade administrativa. Por outro lado, Virna não tem sido muito assídua nas sessões do Conselho, fechando o ano com cinco faltas, das 9 vezes que o Conselho se reuniu no ano corrente. Em razão disso, tem sofrido fortes críticas de seus colegas conselheiros. Diante desse quadro, tendo em vista as normas que disciplinam a atuação dos conselheiros,
- A) Paula se mantém como conselheira, apesar de suspensa e condenada em primeiro grau por improbidade, já que a perda de seu mandato depende da sua efetiva destituição do cargo público que ocupa.
  - B) Virna só conservará seu mandato se apresentar justificativas válidas para suas faltas.
  - C) Paula deverá perder seu mandato como conselheira, visto que a condenação em primeiro grau pelo crime de improbidade administrativa é motivo suficiente para manchar a imagem do conselho junto à sociedade.
  - D) Virna deverá perder o mandato, visto que faltou a mais da metade das sessões.